

RODRIGO AUGUSTO KUSIAK

**ESTUDO ECONÔMICO FINANCEIRO DAS INSTUIÇÕES FINANCEIRAS BANCO
BRADESCO S.A. E BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A.**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças
Prof. Orientador Luiz Carlos de Souza

CURITIBA

2007

PRÉ-TEXTOS

PENSAMENTOS.....	II
MENSAGENS	III
AGRADECIMENTOS	IV
DEDICATÓRIAS	V
LISTA DE TABELAS	VI
LISTA DE GRÁFICOS	VII
RESUMO.....	VIII
ÍNDICE	X

PENSAMENTOS

“Começamos a desenhar nosso futuro quando entramos na Universidade.
Não tivemos medo, tivemos muita vontade de viver cada dia com intensidade para
que, quando aquele desenho inicial estiver pronto, nós possamos olhar para trás
e sentir orgulho do caminho que trilhamos.”

(Marcio Tadeu Araújo Gouvêa)

“Tentar algo e fracassar é, pelo menos aprender. Mas não fazer a tentativa é
sofrer a inestimável perda do que poderia ter sido.”

(Chester Barnard)

“Cem homens, sem instrução fazem rebeliões.
Um homem com educação forma um movimento.”

(Chico Mendes)

“Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador, Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu, Mas nele é que espelhou o céu.”

(Fernando Pessoa)

MENSAGENS

“Uma nuvem não sabe porque se move em tal direção e em tal velocidade, sente um impulso... é para este lugar que devo ir agora.

Mas o céu sabe os motivos e desenhos por trás de todas as nuvens, e você também saberá, quando se erguer o suficiente para ver além dos horizontes.”

(Richard Bach)

“Não basta ter belos sonhos para realizá-los.

Mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande. Podemos mudar nosso destino, se nos dedicarmos a luta pela realização de nossos ideais.

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho;

de examinar com atenção a vida real;

de confrontar nossa observação com nosso sonho;

de realizar escrupulosamente, nossa fantasia.

Sonhos, acredite neles.”

(Lenin)

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, em algum momento, se colocaram à disposição, para que hoje, juntos e felizes, pudéssemos participar de nossas conquistas, minha gratidão. Aos amigos que nos momentos de fraquezas me deram a força necessária para prosseguir nos estudos. Meu perdão àqueles que, por motivos alheios à minha vontade, não me compreenderam. As minhas desculpas se houve momentos em não foi possível mudar. Meus agradecimentos àqueles que confiaram na honestidade deste trabalho, em especial meu pai e minha noiva.

DEDICATÓRIAS

A vocês, nossos amigos, companheiros e confidentes, que hoje sorriem orgulhosos ou choram emocionados, que muitas vezes, na tentativa de acertar, cometeram falhas, mas que inúmeras vezes foram vitoriosos, que se doaram inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, pudéssemos realizar os nossos.

A vocês que compartilharam os nossos ideais e os alimentaram, incentivando-nos a prosseguir na jornada, nos mostrando que o nosso caminho deveria ser seguido sem medo, fossem quais fossem os obstáculos. Nossa eterna gratidão vai além de nossos sentimentos, pois vocês cumpriram com o dom divino. O dom de ser Pai, o dom de ser Mãe.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO POR OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13
TABELA 2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2005 E 2006.....	18
TABELA 3 - RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 2005 E 2006	19
TABELA 4 - ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES	32
TABELA 5 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TOTAL ATIVOS	18
GRÁFICO 2 - <i>CUSTOMER LOAN SPLIT PF/PJ</i> – EMPRÉSTIMOS DE CLIENTES PESSOA FÍSICA E JURÍDICA.....	20
GRÁFICO 3 - DEPÓSITOS DE CLIENTES	21
GRÁFICO 4 - DESPESAS COM PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	21
GRÁFICO 5 - COST/INCOME RATIO – INDICE DE CUSTO/RECEITA	23
GRÁFICO 6 - RESUMO DOS CONTROLES.....	34
GRÁFICO 7 - ANÁLISE DO CCL(CGL) E CCP (CGP)	38

RESUMO

KUSIAK, R. A. ESTUDO ECONÔMICO FINANCEIRO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCO BRADESCO S.A. E BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A. A presente Monografia é promovida pelo Programa de Pós-Graduação do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, e tem como objetivo principal a conclusão do curso de especialização em Contabilidade e Finanças, proporcionando condições de aprendizado aos conhecimentos necessários inerentes à profissão contábil. Este trabalho põe à prova grande parte das matérias estudadas e desenvolvidas ao decorrer do curso, fazendo de sua finalização uma obra que contribuirá para o progresso pessoal dos autores bem como da sociedade. A primeira fase, do Pré-projeto, é realizada ainda no decorrer da grade expositiva, que conta com a escolha do tema e aprendizado das técnicas de acordo com as normas específicas. Após a conclusão das disciplinas propostas pelo programa, é proposta a elaboração da monografia com a devida supervisão de um professor orientador. O tema proposto apresenta o estudo das demonstrações financeiras das duas principais instituições financeiras privadas atuantes no mercado brasileiro, durante os dois últimos períodos, a saber: as empresas Bradesco e Itaú. Este estudo trata da aplicação das técnicas de análise financeira para o resultado obtido e apresentado para a sociedade, através das demonstrações contábeis. Por se tratar de categoria diferenciada da Indústria, do Serviço ou do Comércio, o ramo financeiro possui características próprias, delineadas para o seu campo de atuação por seus respectivos órgãos fiscalizadores. O interesse em revelar os resultados destas empresas está em

conhecer como este nicho do mercado está conseguindo obter lucros melhores ano a ano, e também fazer uma análise das gestões conduzidas pelas maiores concorrentes do setor. Em geral, destaca-se a real relevância deste trabalho final de curso, reforçando seu importante papel na conclusão do aprendizado a fim do reconhecimento perante a sociedade de seu dever cumprido.

Palavras-chave: Instituições Financeiras, Bancos, Lucro, Concorrência.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	1
1 Introdução.....	1
2 Tema abordado.....	2
3 Justificativas.....	2
4 Objetivos do estudo.....	2
4.1 Objetivo Geral.....	2
4.2 Objetivos específicos.....	3
4.3 Delimitação do estudo.....	3
4.4 Organização do estudo.....	3
5 Características das empresas.....	3
5.1 Conglomerados financeiros.....	3
5.2 Aspectos relacionados à atuação dos supervisores bancários.....	5
5.3 Seleção das Empresas.....	6
CAPÍTULO II – METODOLOGIA E EMBASAMENTO TEÓRICO	
1 Introdução.....	7
2 Embasamento Teórico e Conceitos.....	10
2.1 Informações enviadas ao Bacen.....	10
2.2 Risco de crédito.....	12
3 Metodologia.....	13
3.1 Características qualitativas da informação contábil.....	14
4 Valor em Risco – Value at risk – VAR.....	15

CAPÍTULO III – DESENVOLVIMENTO – INFORMAÇÕES ECONÔMICAS,

FINANCEIRAS E ESTRUTURAIS 16

1 Introdução..... 16

1.1 Técnicas de análise..... 16

1.2 Análise Vertical e Horizontal 17

1.3 Índice de Custo/Receita - *Cost/Income Ratio*..... 22

1.4 Análises através de índices..... 23

1.4.1 Análise financeira 24

1.4.1.1 Liquidez Imediata 24

1.4.1.2 Liquidez Seca..... 25

1.4.1.3 Liquidez Corrente 25

1.4.1.4 Liquidez Geral 26

1.4.2 Análise estrutural..... 27

1.4.2.1 Participação do Capital de Terceiros..... 27

1.4.2.2 Composição das Exigibilidades..... 28

1.4.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido..... 29

1.4.2.4 Capitalização..... 29

1.4.3 Situação econômica 30

1.4.3.1 Margem Líquida 30

1.4.3.2 Rentabilidade do Ativo 31

1.4.3.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido..... 31

1.4.3.4 Produtividade 32

1.5 Outros Índices 36

1.6 Análise do Capital Circulante Líquido e Próprio 36

1.7 Análise do Capital Circulante Próprio.....	38
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
CAPÍTULO V – REFERÊNCIAS	43

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. Introdução

Destacam-se no cenário mundial os resultados obtidos pelos Grupos Financeiros Multinacionais, que, ano após ano, constituem resultados recordes e também acúmulo de patrimônios cada vez maiores.

A incessante busca de maximização dos resultados e conquista de espaço no mercado, traz como consequência a forte concorrência entre as empresas do setor, e, com isso, a revisão de conceitos internos que é concretizada pela melhoria constante dos processos.

Com isso, muitos fatores fazem despertar o interesse em estudar este nicho, a fim de descobrir o que move essa concorrência voraz e o que faz atrair desde investidores até colaboradores e clientes que chegam a procurar essas Instituições pelos motivos mais variados.

A fim de se firmar no mercado, essas empresas fazem, além de seus processos rotineiros, outras atividades que vão desde o cunho individual até o social. Podemos citar também programas especiais, que, mesmo que seja para atender a exigências legais, possuem importância para a sociedade.

Outro ponto que chama a atenção são as campanhas de marketing promovidas neste ramo, constantemente e milimetricamente disputadas em alguns veículos de comunicação. Elas proporcionam e convidam a população seja de uma forma mais formal ou até divertida, a adquirirem seus produtos. Produtos estes que são estudados e adaptados de acordo com a diversidade populacional a que se pretende atingir.

2. Tema abordado

Neste presente estudo, será abordada a situação Econômica-Financeira dos 02 (dois) maiores grupos financeiros no Brasil, em referencial de faturamento e ativos, nos últimos 02 (dois) anos. Estes Grupos são compostos pelo Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú Holding Financeira S.A.

3. Justificativas

As moedas, com toda sua evolução na história, se traduzem hoje em pequenos pedaços de plástico, que são controlados por essas Instituições Financeiras.

Obviamente, das empresas que constituem esses Grupos Financeiros, as principais são os Bancos, que são regulamentados e fiscalizados pelo órgão do Banco Central de Brasil – BACEN.

Conhecer e analisar estas Instituições, bem como algumas de suas particularidades, impulsionam o dever de clarificar e transparecer de uma forma simplificada, porém não menos importante, a divulgação deste nicho de mercado para que, ao menos, a população possa tomar ciência da real situação dessas empresas e também formar opinião a respeito deste assunto.

4 Objetivos do estudo

4.1 Objetivo geral

Estudar a perspectiva de negócio do setor financeiro e entender o interesse concorrente deste mercado.

4.2 Objetivos específicos

- Conhecer os crescentes resultados obtidos nas empresas deste setor;
- Entender as causas/motivos que impulsionam a concorrência neste mercado; e
- Comparar as estruturas patrimoniais, diferenciando o risco do negócio.

4.3 Delimitação do estudo

A pesquisa será delimitada nos dados prestados publicamente nos veículos comuns de comunicação, tais como Internet, Jornais, Revistas, etc.

Também serão utilizados materiais coletados junto a bibliotecas para auxílio no embasamento teórico.

4.4 Organização do estudo

Este trabalho será composto de quatro capítulos, dos quais o primeiro compõe a introdução, sendo os demais assuntos desenvolvidos na seqüência para o atendimento ao problema da pesquisa, bem como o entendimento proposto.

O segundo capítulo apresenta embasamento teórico, subdivido em temas. Serão abordados conceitos, características e definições.

O terceiro capítulo trata das informações econômicas, financeiras e estruturais das empresas objeto de estudo, bem como todas as suas demonstrações e análises.

Por fim, o último capítulo define as conclusões do tema abordado com base nos objetivos gerais e específicos deste presente estudo.

5 Características das Empresas

5.1 Conglomerados Financeiros

Apesar de os bancos constituírem apenas uma das modalidades de instituições financeiras, utiliza-se, neste trabalho, os dois termos (bancos e instituições financeiras) indistintamente. Considere-se, ainda, que grande parte dos bancos consistem, na realidade, em conglomerados financeiros, os quais, além de atividades bancárias, envolvem operações de leasing, financeira, corretora e distribuidora de títulos e valores mobiliários, seguros, previdência privada, capitalização e gestão de recursos. Contudo, sua principal atividade está por conta da bancária.

Denota-se tal importância a este segmento, tendo em vista sua participação direta na vida da população. Ora, estas instituições são compostas basicamente por capital de terceiros, que ocorrem por meio da entrada de recursos por depósitos à vista, a prazo, por caderneta de poupança, e etc, e que financiam os empréstimos na forma de ativos para a sociedade, o que ilustra a intermediação financeira.

Logo, caso haja uma retirada em massa de dinheiro por parte desses terceiros, haveria um caos financeiro mundial, onde o endividamento dessas instituições geraria como consequência a não disponibilidade de financiamento à sociedade, seguindo em contra-mão ao desenvolvimento. Diante de toda essa explanação, veremos a seguir como se dá este processo, suas garantias, suas fiscalizações e suas estratégias para continuidade.

Nesta linha, o Banco Central do Brasil (2002b:100) afirma que: "somente a partir de um nível de transparência satisfatório, com informações confiáveis, baseadas em bons princípios contábeis e em sistemas de controles internos eficientes, é que reguladores, participantes de mercado, acionistas, investidores e outros usuários da informação serão capazes de avaliar com precisão a condição financeira de

determinada instituição, seu desempenho, o andamento de seu negócio e os riscos relacionados às suas atividades”

5.2 Aspectos relacionados à atuação dos supervisores bancários

O Comitê de Supervisão Bancária de Basileia – CSBB foi constituído em 1974, composto por representantes dos bancos centrais e autoridades de supervisão bancária da Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suíça, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos, não possui autoridade formal de supervisão internacional e suas conclusões não tem força legal.

Seu objetivo é a elaboração de padrões de supervisão, recomendações e princípios para as melhores práticas no mercado financeiro. O acordo de Basileia foi aprovado em 1988, e recebeu este nome por sua localização ocorrer na cidade de Basel, na Suíça. Ele determina padrões mínimos de requerimento de capital e seu foco principal está na ponderação de ativos de acordo com o risco de crédito, que seria o não cumprimento das obrigações de uma contraparte não honrar sua dívida.

No contexto brasileiro, o acordo da Basileia teve início oficial no Brasil com a divulgação da Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, e foi um marco inicial do tratamento regulamentar da exposição ao risco das operações das instituições financeiras.

Porém, a versão final deste acordo se deu em 26 de junho de 2004, e foi batizado de Novo Acordo de Capital / Basileia II.

A representação e a importância do CSBB no mercado financeiro mundial têm sido amplamente reconhecidas. Evidência disso é a adoção, pelos órgãos de

supervisão bancária e pelas instituições financeiras de diversos países, das recomendações do Comitê relativas à adequação de capital.

Assinale-se que o Bacen, por meio de diversos normativos, tem procurado incorporar as recomendações estabelecidas pelo Comitê da Basileia, de forma a harmonizar os procedimentos de supervisão aplicáveis às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional – SFN aos padrões internacionalmente recomendados, questão importante sob o ponto de vista da competitividade da indústria bancária brasileira nos mercados globalizados.

5.3 Seleção das Empresas

O critério de seleção dos Bancos foi pela característica comum de concorrência. A escolha abrange organizações multinacionais, que atuam no mercado brasileiro há vários anos.

Não estão incluídas neste estudo, organizações estatais que possuem diferentes características que não dispõem de leal concorrência às empresas desta proposta.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA E EMBASAMENTO TEÓRICO

1 Introdução

Por tratar-se de categoria diferenciada, a Bancária, suas análises tomam diferentes rumos ao compararmos com a Indústria ou o Comércio. Há diversas particularidades que se fazem neste nicho de mercado, daí sua regulamentação e fiscalização estarem relacionadas a um órgão Federal específico, o Banco Central do Brasil – BACEN.

Geralmente, os Bancos estão incluídos em Conglomerados Financeiros, ou seja, Grupos que se organizam em empresas subsidiárias de ramos diferenciados, tais como Seguradoras, Comerciais, de Investimento, Financeiras, entre outras. A formação destes Grupos se faz necessária por imposições legais, como por exemplo, as categorias profissionais dos empregados tem legislações diferentes, daí a necessidade de enquadramento e registro em empresas específicas de cada ramo.

Apesar destes Conglomerados Financeiros estarem formados por diversas empresas, os mesmos também se organizam, gerencialmente, por linha de negócio. Isto é, estes grupos possuem duas formas de resultado, uma legal e outra gerencial.

E é pela forma gerencial de demonstração de resultado que são tomadas as principais decisões pelos executivos destas Instituições, bem como também pelo acompanhamento de cada departamento pelos seus resultados individuais.

Como a cada dia as empresas se organizam para alavancar seus resultados na busca incessante pelo lucro (dinheiro), os custos e as despesas são, de certa forma,

pontos críticos para a formação de resultado. Surgem aí grandes cobranças no sentido de controle e melhor administração destes recursos.

O mercado exige uma enorme competência para aqueles que querem sobreviver, o que aumenta ainda mais se falar em expandir riquezas. É pensando neste propósito que as empresas buscam diversificar suas formas de arrecadação.

São várias as formas de agregar mais resultados positivos, como novas aquisições, lançamento de novos produtos, crescimento orgânico, que consiste em vender diferentes produtos de seu portfólio para os mesmos clientes, ou também, a forma mais tradicional, conquistar novos clientes, seja pela propaganda ou até mesmo tirando-os da concorrência.

Baseados nestes e outros aspectos, surge a proposta deste trabalho, informar, de forma clara e objetiva, as diretrizes e premissas neste ramo de mercado que movimenta elevadas quantias de dinheiro e que, para muitos, ainda permanece de veras sob face oculta.

A tendência deste estudo é a demonstração dos principais pontos de cada empresa, sempre comparando-as, quando possível, para melhor compreendê-las. Para isto, os artifícios são vastos. A utilização de tabelas, cálculos e gráficos se fazem primordiais no entendimento e também para a ilustração das análises.

Também de fundamental importância para o desenvolvimento deste projeto, a utilização de todos os conceitos e preceitos válidos para este tipo de mercado, bem como as pesquisas já realizadas sobre este contexto, tomando-as como forma de jurisprudência, para que aspectos práticos fiquem alinhados ao embasamento teórico prestado durante o percurso deste renomado curso de especialização.

Apesar de certa limitação deste nicho, em relação aos outros ramos de mercado, o mercado financeiro põe em voga algo que está intimamente ligado a interesses políticos e privados, pois os Grupos Financeiros vão conquistando cada vez mais lucros, e como consequência mais influência na economia global.

Outro assunto que não pode deixar de ser citado é a participação no mercado acionário, pois estas figuram na bolsa de valores como empresas potenciais passíveis de investimento, tornando-se muito atrativas por possuírem algumas garantias e protecionismos públicos.

As operações dos bancos possuem determinadas especificidades das quais as fazem pertencer a uma categoria diferenciada. A cadeia de produtos pode variar de uma Instituição para outra, o que dependerá da estratégia de cada Empresa.

Os negócios de atuação variam de atendimento à Pessoa Física até às grandes corporações internacionais. As linhas de negócio podem ser: Pessoa Física, Pessoa jurídica (com segmentação de acordo com o tamanho e faturamento), empresas de grande porte, clientes private (grandes investidores), operações de tesouraria e acionistas.

Por trás de toda linha de frente aos clientes, existem as áreas de suporte, que cobrem todas as operações que necessitam de organização e controle. Entre elas, destacam-se a área de Operações propriamente dita, de Tecnologia da Informação, de Finanças, de Crédito, de Recursos Humanos, entre outras.

Constituem de legislação específica em CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, bem como sindicalização específica, que auxilia e participa no acompanhamento da fiscalização do cumprimento destas.

No Brasil, o maior pólo deste nicho encontra-se na cidade de São Paulo, localizada no estado que leva o mesmo nome, onde as principais Instituições concentram grande parte de seus negócios e matrizes. Porém, os bancos possuem escritórios de negócios, tradicionalmente conhecidas com Agências distribuídas estrategicamente para atender as suas demandas por todo o país.

2 Embasamento Teórico e Conceitos

Os balanços dos bancos são reportados ao Bacen duas vezes por ano, nos dias 30 de junho e dia 31 de dezembro, por meio do COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional). Os balancetes são reportados mensalmente e diferem dos balanços por não apresentarem a conta de resultados.

O COSIF uniformiza o registro contábil dos atos e fatos administrativos das instituições financeiras, de modo a expressar com fidedignidade e clareza a situação econômico-financeira da instituição e conglomerado financeiros.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto do consolidado bancário (bancos), das cooperativas de crédito e do consolidado financeiro não bancário (financeiras).

O índice da Basileia é o índice de adequação do capital dos bancos.

2.1 Informações enviadas ao Bacen

- a) Ativos (R\$ MM)
- b) Patrimônio Líquido (R\$ MM)

- c) Lucro Líquido (R\$ MM)
- d) Depósitos Totais (R\$ MM)
- e) Número de Agências
- f) Risco – Índice da Basiléia
- g) Índice de Imobilização (em %)

O índice da Basiléia é o índice de adequação do capital dos bancos. Corresponde à relação entre o patrimônio líquido de referência e os ativos ponderados pelo risco.

Segundo a legislação internacional, o patrimônio líquido de referência deve equivaler a 8% dos ativos ponderados pelo risco. O Banco Central determina que este número seja 11%.

O índice da Basiléia mede a solvência dos bancos. Caso haja uma crise sistêmica que se reflita em deterioração da carteira de crédito da instituição, haverá recursos suficientes (liquidez) para honrar com seus passivos (compromissos). Uma crise sistêmica pode ser provocada, por exemplo, pelo aumento do risco das carteiras, volatilidade da taxa de câmbio ou das taxas de juros.

O ativo do banco é composto de ativo circulante, realizável a longo prazo e ativo permanente. Nesta conta estão os empréstimos, os financiamentos e os descontos de títulos, além do caixa e das disponibilidades. Há também o ativo permanente: os investimentos, o imobilizado e o diferido.

Os ativos são classificados por ordem decrescente de liquidez e ordem crescente de risco.

2.2 Risco de crédito

As instituições financeiras devem classificar o risco de crédito em de acordo com os seguintes critérios:

- Em relação ao tomador e seus garantidores:
 - a) Situação econômico-financeira;
 - b) Grau de endividamento;
 - c) Capacidade de geração de resultados;
 - d) Fluxo de Caixa;
 - e) Administração e qualidade dos controles;
 - f) Pontualidade e atrasos nos pagamentos;
 - g) Contingências;
 - h) Setor de atividade econômica; e
 - i) Limite de crédito.

- Em relação à operação:
 - a) Natureza e Finalidade da transação;
 - b) Características das garantias, particularmente quanto à suficiência de liquidez; e
 - c) Valor.

TABELA 1 – Classificação do nível de risco por operações de crédito

Provisões	Nível de Risco
1. 0,5%	A
2. 1%	B ou atraso de 15 a 30 dias;
3. 3%	C ou atraso entre 31 e 60 dias;
4. 10%	D ou atraso entre 61 e 90 dias;
5. 30%	E ou atraso entre 91 e 120 dias;
6. 50%	F ou atraso entre 121 e 150 dias;
7. 70%	G ou atraso entre 151 e 180 dias;
8. 100%	H ou atraso superior a 180 dias.

O índice de imobilização reflete a relação do ativo permanente em relação ao patrimônio líquido.

O índice máximo de imobilização permitido pelo Bacen é de 50%.

O índice de imobilização mede o montante dos recursos da instituição que está aplicado em ativos de baixa liquidez (prédios de agências, maquinário). Um baixo índice de imobilização significa que os recursos da instituição estão aplicados em ativos de alta liquidez. Neste caso, se houver uma crise, a instituição tem liquidez suficiente para honrar com seus passivos (compromissos).

3 Metodologia

Foi utilizada a metodologia de Análise Financeira de Balanços, tomando as devidas precauções para ajustes que se fizeram necessários para a categoria apresentada. Fundamentação orientada pela reclassificação de contas, atualização monetária, análise vertical e horizontal, análise através de índices e a apuração do capital circulante líquido (CCL).

Para equivalência de valores no tempo, foi realizada a correção inflacionária pelo índice IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado.

Considerando o porte das instituições financeiras participantes, foram eleitas, neste trabalho, os dois maiores grupos privados com atuação no mercado doméstico, a saber: Itaú e Bradesco. A pesquisa envolveu relatórios anuais de 2005 e 2006.

Dessa maneira, a metodologia de pesquisa foi orientada por abordagem empírico-analítica, com levantamento de informações de relatórios anuais de instituições financeiras, portanto, informações secundárias.

3.1 Características qualitativas da informação contábil

As informações fornecidas pelas empresas devem ser úteis para a tomada de decisões. É reconhecidamente difícil determinar, na prática, o que é útil para as decisões, pois isso depende do modelo decisório de cada usuário. Apesar dessa dificuldade, entende-se, com base na teoria contábil, que para a garantia de sua utilidade, importa que a informação tenha determinadas características qualitativas.

Assim, “para que a informação seja útil, ela deve possuir várias características. A informação deve ser confiável, relevante, tempestiva, completa, compreensível e verificável.” (Cushing & Romney, 1994:3)

Texto do original: "For information to be useful, it must possess several characteristics. Information must be reliable, relevant, timely, complete, understandable, and verifiable".

MacRae (1989:116), afirma a necessidade de informação para decisões e discute sua utilidade na medida do impacto gerado nos resultados de uma decisão: "Informação, segundo nossa definição, é um recurso (input) necessário ao processo de decisão. Para se avaliar a informação dentro deste conceito, é necessário comparar o período x1 proveniente da decisão tomada sem essa informação e o resultado x2, proveniente da decisão tomada com a referida informação.

MacRae, T.W. *Management Information System*. Middlessex: Penguin Books, 1971.

4 Valor em Risco – Value at risk - VAR

O value at risk (valor em risco) é a medida estatística mais utilizada, atualmente, para quantificar o risco de mercado. A importância do VAR é evidenciada por sua crescente utilização, em âmbito internacional, nos cálculos de exigibilidade de capital de instituições financeiras.

De fato, o VAR "estabeleceu-se como uma das medidas-padrão de risco empregado tanto na literatura acadêmica quanto por instituições financeiras e agentes reguladores" (Silva & Lemgruber, 2001:272), sendo reconhecido, nos últimos anos, como o principal instrumento de mensuração de risco de mercado em instituições financeiras.

O VAR pode ser definido como a perda máxima esperada que um ativo pode sofrer, em determinado período de tempo, sob condições normais de mercado, e a dado intervalo de confiança.

CAPÍTULO III – DESENVOLVIMENTO – INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, FINANCEIRAS E ESTRUTURAIS

1. Introdução

A contabilidade focada na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com a legislação obrigatória preocupa-se em fornecer informações aos usuários externos. Já a contabilidade Gerencial é destinada aos usuários internos, preocupando-se com o contexto histórico e a projeção do futuro. De acordo com o objetivo de cada usuário, devemos preparar as demonstrações e seus relatórios de forma diferenciada, transformando dados em informações com uma linguagem descomplicada para os gestores.

A Análise de Balanços ao assumir o papel de tradução dos elementos contidos nas demonstrações, auxilia o processo de tomada de decisão, sendo a ferramenta mais eficiente para produzir as informações para o analista.

A análise começa onde termina o trabalho da contabilidade, pois através de seus relatórios, compostos de gráficos e linguagem simplificada relata aos gestores a real situação da empresa.

1.1 Técnicas de análise

A análise de balanços compreende algumas técnicas como Padronização e reclassificação das contas, análise vertical e horizontal e análise através de índices, onde serão utilizadas neste estudo.

Na Padronização e Reclassificação, devem-se examinar detalhadamente as demonstrações financeiras publicadas, pois elas trazem um modelo previamente definido pela legislação, assim devemos reclassificar algumas contas para fins de análises, dando as Demonstrações Financeiras uma forma mais adequada.

A padronização é feita para simplificar, dar comparabilidade a outros demonstrativos de empresas que operam no mesmo ramo, servindo para adequar ao objetivo da análise, uma vez que as empresas podem diferir quanto ao plano de contas, e um modelo estabelecido facilita o trabalho.

A seguir encontram-se as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a legislação obrigatória, e as mesmas reclassificadas e padronizadas aos propósitos deste estudo.

1.2 Análise vertical e horizontal

Essa análise permite o detalhamento e a descrição da situação econômico-financeira que não é conhecida pela análise de índices. A análise vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras apontando qual a posição de cada conta ou grupo em relação ao seu total do balanço.

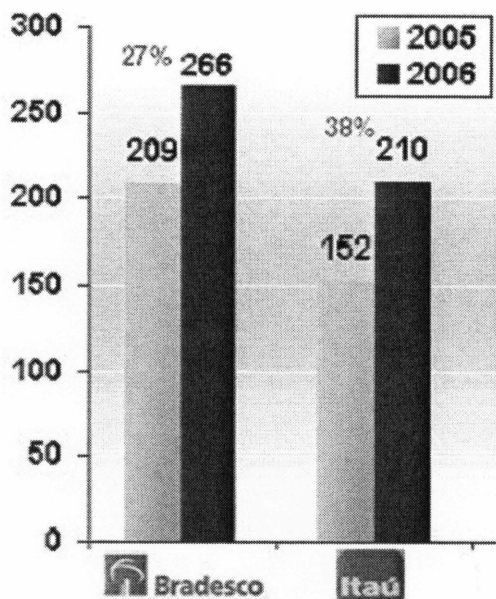
A análise horizontal faz um comparativo de pelo menos 2 períodos para cada conta do balanço. É desejável que as conclusões na análise vertical sejam complementadas com a análise horizontal, pois as duas trabalham conjuntamente para termos uma visão geral da situação da empresa, indicando a estrutura do ativo e passivo e suas respectivas modificações e analisando em detalhes o desempenho da empresa.

TABELA 2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2005 E 2006

Valores em Reais Mil	Bradesco					Itaú				
	2005	AV%	2006	AV%	AH%	2005	AV%	2006	AV%	AH%
Ativo Circulante	157.441	75,4%	197.385	74,3%	125,4%	115.203	75,6%	158.941	75,8%	138,0%
Realiz a Longo Prazo	46.884	22,5%	64.670	24,4%	137,9%	34.357	22,5%	46.165	22,0%	134,4%
Permanente	4.358	2,1%	3.492	1,3%	80,1%	2.875	1,9%	4.585	2,2%	159,5%
Total Ativo	208.683	100,0%	265.547	100,0%	127,2%	152.435	100,0%	209.691	100,0%	137,6%
Passivo Circulante	124.738	59,8%	161.256	60,7%	129,3%	87.027	57,1%	118.542	56,5%	136,2%
Exigível a Longo Prazo	64.478	30,9%	79.597	30,0%	123,4%	49.848	32,7%	67.585	32,2%	135,6%
Patrimônio Líquido	19.467	9,3%	24.694	9,3%	126,9%	15.560	10,2%	23.564	11,2%	151,4%
Total Passivo	208.683	100,0%	265.547	100,0%	127,2%	152.435	100,0%	209.691	100,0%	137,6%

O capital disponível nas empresas são compostos de recursos de terceiros e recursos próprios. Os recursos originados no Bradesco em 2006 são 9,3% próprios e 90,7% de terceiros. Desses recursos de terceiros 33,0% são de longo prazo enquanto que 67,0% de curto prazo demonstrando um perfil de dívida mais voltada para o curto prazo. As aplicações de recursos estão concentradas 74,3% no Ativo circulante, 24,4% no Ativo Realizável a longo prazo e 1,3% aplicados no Ativo Permanente. Superficialmente podemos observar a existência de Capital Circulante Próprio e de Capital Circulante Líquido positivo. Números muito semelhantes ao do Itaú, que no mesmo período, obteve 11,3% de recursos próprios e 88,7% de terceiros. Sua dívida está distribuída em 63,7% no curto prazo e 36,3 no longo prazo, mantendo a mesma linha do Bradesco. A distribuição das aplicações de recursos compreendem em 75,8% no Ativo Circulante, 22,0% no Realizável a Longo Prazo e 2,2% no Ativo Permanente. O Itaú também possui Capital Circulante Próprio e Líquido.

GRÁFICO 1 - TOTAL ATIVOS



No gráfico acima, podemos perceber o crescimento dos ativos das duas empresas. Nota-se maior expansão dos bens e direitos para o Itaú, em 38%, por onde ocorreu em função de aquisição neste período. Porém, como o Bradesco também cresceu, em 27% de 2005 para 2006, este ainda permanece na liderança em termos de aplicações de recursos.

TABELA 3 - RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 2005 E 2006

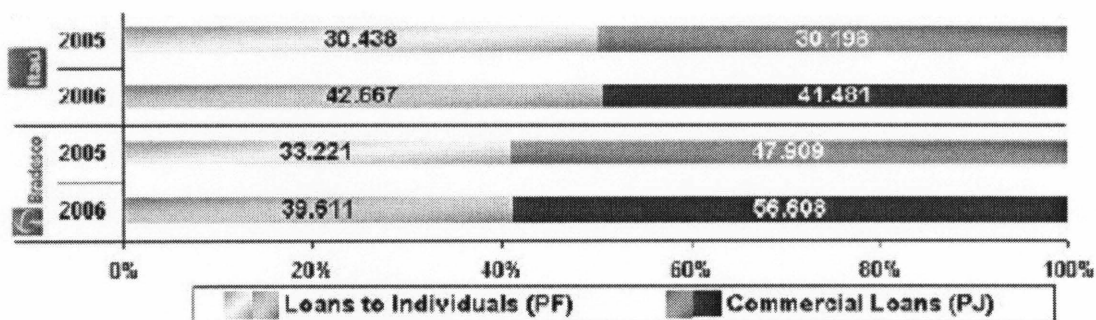
Valores em Reais Mil	Bradesco					Itaú				
	2005	AV%	2006	AV%	AH%	2005	AV%	2006	AV%	AH%
Receitas da Intermediação Financeira	33.701	100,0%	38.222	100,0%	113,4%	20.292	100,0%	29.741	100,0%	146,6%
Despesas da Intermediação Financeira	-18.926	-56,2%	-22.240	-58,2%	117,5%	-9.135	-45,0%	-17.211	-57,9%	188,4%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	14.775	100,0%	15.982	100,0%	108,2%	11.157	100,0%	12.530	100,0%	112,3%
Outras Receitas/ Despesas Operacionais	-6.921	-46,8%	-9.606	-60,1%	138,8%	-3.209	-28,8%	-6.453	-51,5%	201,1%
Resultado Operacional	7.854	53,2%	6.376	39,9%	81,2%	7.948	71,2%	6.077	48,5%	76,5%
Resultado Não Operacional	-106	-0,7%	-9	-0,1%	8,5%	18	0,2%	384	3,1%	2133,3%
Resultado Antes da Tributação	7.748	52,4%	6.367	39,8%	82,2%	7.966	71,4%	6.461	51,6%	81,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.225	-15,1%	-1.304	-8,2%	58,6%	-2.278	-20,4%	-1.437	-11,5%	63,1%
Participações no Lucro	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	-481	-4,3%	-670	-5,3%	139,3%
Participação Minoritária das Controladas	-9	-0,1%	-9	-0,1%	100,0%	45	0,4%	-45	-0,4%	-100,0%
Lucro Líquido	5.514	37,3%	5.054	31,6%	91,7%	5.252	47,1%	4.309	34,4%	82,0%

Em 2006, as Despesas de Intermediação Financeira do Bradesco consumiam 58,25% da Receita, e, as Despesas Operacionais ocupavam 60,1% do Resultado Bruto obtido. Para o mesmo período no Itaú, as Despesas de Intermediação Financeira

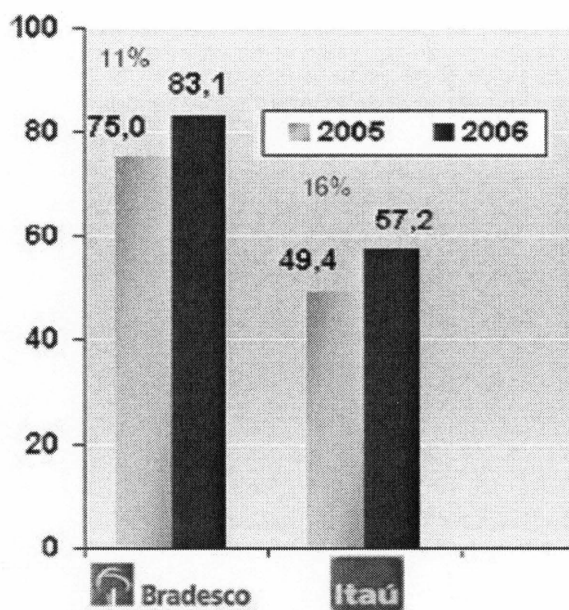
consumiam 57,9% e as Despesas Operacionais 51,5% do Resultado Bruto da Intermediação Financeira. Fica claro um certo equilíbrio entre o Resultado da Intermediação Financeira, mas que o Itaú otimizou de melhor forma o seu resultado operacional.

Porém, pela Análise Horizontal, observa-se ponto forte para o Bradesco em relação ao Itaú, nos itens de Despesas Operacionais, Resultado Operacional e Lucro Líquido, pois comparando os períodos de 2005 e 2006, os índices apontam um crescimento mais elevado nas despesas (38,8% versus 101,1%, respectivamente) e um decréscimo mais acentuado no Resultado Operacional e Lucro Líquido para o Itaú (18,8% versus 23,5% e 8,3% versus 18,0%, respectivamente).

GRÁFICO 2 - CUSTOMER LOAN SPLIT PF/PJ – EMPRÉSTIMOS DE CLIENTES PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

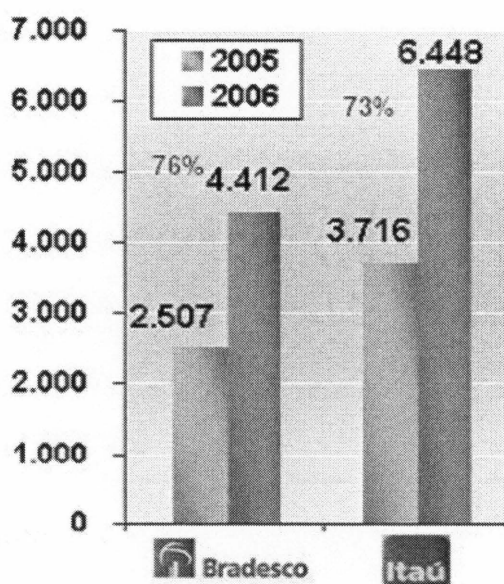


Por este gráfico, denota-se a diferença de mercado entre as duas Instituições. Enquanto o foco dos negócios do Itaú está próximo aos 50% para empréstimos à Pessoa Física – PF e 50% para Pessoa Jurídica, o Bradesco segue uma linha mais voltada para o público empresarial, voltando cerca de 60% para este mercado, sendo que ambas demonstram estas tendências nos dois períodos analisados.

GRAFICO 3 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

Os depósitos efetuados pelos clientes, principal recurso captado pelas Instituições como forma arrecadação e crescimento orgânico, apontam crescimento para ambas as empresas, no período de 2005 para 2006. Contudo, o Itaú apresentou um percentual de 16% contra 11% do Bradesco, mantendo também neste item, um desempenho melhor que seu concorrente.

GRÁFICO 4– DESPESAS COM PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS – PDD



Outro indicador que tem participação efetiva no resultado destas Instituições são as despesas com provisão para devedores duvidosos – PDD, que devem ser rigorosamente controladas em função do risco do negócio assumido.

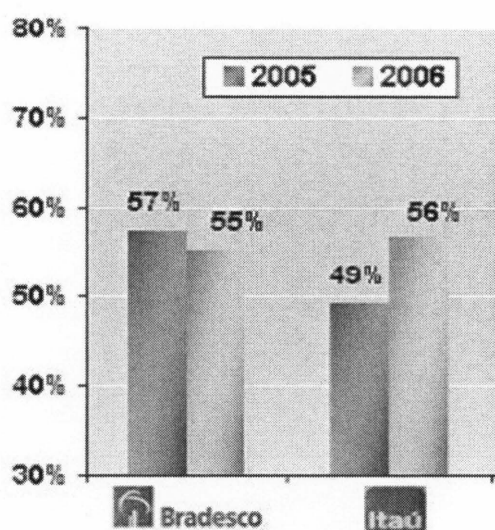
Neste ponto, percebe-se crescimento elevado desta despesa para as duas empresas, porém, o Itaú obteve um percentual menor, 73%, em relação ao Bradesco, que registrou 76%, fazendo assim uma melhor administração dos seus devedores no período. Entretanto, há de se levar em consideração que, em valores reais, e em relação aos seus ativos, o Bradesco está registrando menos despesas que seu concorrente, item que pode estar sendo providencial para o efeito de seu resultado final.

1.3 Índice de Custo/Receita - *Cost/Income Ratio*

O *Cost/Income Ratio*, índice que considera a relação do resultado das despesas pela receita, aponta para o Bradesco em 2005, 57%, e, em 2006, 55%. Para o Itaú, este índice representa 49% para 2005 e 56% para 2006. Isto significa que quanto

menor o índice, melhor, assegurando assim, para o Itaú uma melhor performance dos custos sobre a arrecadação em 2005, sendo superado pelo Bradesco em 2006. Isto, apesar da grande variação ocorrida de 2005 para 2006 no Itaú, decorrentes de aquisições realizadas no período.

GRÁFICO 5 – COST/INCOME RATIO – ÍNDICE DE CUSTO/RECEITA



1.4 Análises através de índices

Essa análise permite uma visão ampla e sistêmica da empresa sem descer a um nível de profundidade, relacionando contas das demonstrações financeiras para evidenciar determinada situação da empresa.

É a técnica mais empregada que utiliza alguns índices padrão servindo de medida para construir um quadro de avaliação da empresa. Não é estabelecido um número x de índices que devam ser aplicados, mas um conjunto deles consegue-se conhecer melhor a situação segundo o grau de profundidade desejado.

Os principais aspectos que se relacionam com a análise de índices são a situação financeira e econômica e respectivamente estrutura, liquidez e rentabilidade.

1.4.1 Análise financeira

A análise financeira procura medir através do confronto dos Ativos da empresa com suas dívidas, qual a sua solidez ou base financeira. Uma empresa, com bons índices de liquidez, tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas entre outras.

1.4.1.1 Liquidez Imediata

Liquidez Imediata é um índice que demonstra como anda a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo utilizando-se apenas do seu ativo circulante disponível, ou seja, apenas com o dinheiro que possui no caixa e nos bancos. Teoricamente, quanto maior, melhor. No entanto se ele for baixo, mas todos os pagamentos estiverem em dia, não significa que é ruim, pois estamos comparando o que temos de disponível com dívidas que podem vencer em 360 dias ainda, portanto não é uma medida muito significativa. Este índice é obtido através da equação abaixo:

$$\text{LIQUIDEZ IMEDIATA} = \text{DISPONIBILIDADES} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

O produto dessa divisão deve ser interpretado como a quantidade de dinheiro disponível a empresa tem, para fazer frente a R\$ 1,00 de dívidas no circulante.

1.4.1.2 Liquidez Seca

O índice de liquidez seca apresenta uma situação mais adequada para a situação de liquidez, uma vez que deles são eliminados os estoques, que são sempre considerados como fontes de incerteza. Naturalmente, este índice será sempre inferior ou igual ao índice de Liquidez Corrente, e é obtido através da equação abaixo:

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

O resultado dessa divisão deve ser interpretado como a quantidade de ativos líquidos que a empresa possui para fazer frente a R\$ 1,00 de dívidas do circulante, sendo esses ativos, todo o circulante, apenas descontando os estoques.

1.4.1.3 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente indica de quantos reais dispomos de forma imediata e/ou conversíveis em dinheiro a curto prazo, para atender face as dívidas também, de curto prazo, contraídas pela empresa. Quanto maior melhor. Quando o índice encontrado for superior a 1 indica que o Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante, sendo assim significa que os investimentos no Ativo Circulante são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo e ainda resta uma folga, que é o Capital Circulante Líquido.

Conclui-se que o índice de Liquidez Corrente é a margem de folga (quando superior a um) para manobras de prazos que visa equilibrar as entradas e saídas de caixa. Quanto maiores os recursos, maior essa margem, maior a segurança da empresa e melhor a situação financeira. É um índice muito divulgado e,

freqüentemente, considerado como melhor indicador da situação de sua liquidez, e é obtido através da equação abaixo:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

O resultado dessa divisão deve ser interpretado como a quantidade de ativo circulante que a empresa possui para fazer frente a R\$ 1,00 de dívidas do curto prazo, considerando todo o ativo circulante. Ou seja, se a empresa liquidasse todo seu estoque, recebesse todas as duplicatas, e utilizasse todo o dinheiro em caixa e bancos para liquidar as dívidas de curto prazo.

1.4.1.4 Liquidez Geral

O índice de liquidez geral reflete a situação financeira de forma global, servindo para detectar a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo.

Através da análise deste índice podemos verificar se a empresa possui ou não Capital Circulante Próprio. Se o Ativo Circulante mais o Realizável a Longo Prazo for maior que a soma do Passivo Circulante mais Exigível a Longo Prazo, haverá uma “folga financeira”, mais conhecida como Capital Circulante Próprio, que apenas acontece se este índice for superior a 1. O que ultrapassar o valor de 1 será a margem de segurança que da empresa que pode ser avaliada pela comparação com padrões.

No entanto se este valor for inferior a 1, não significa que a empresa esteja em insolvência, ele deve ser analisado comparativamente a um índice superior a 1. Significará apenas que ao invés de uma margem de segurança a empresa possui uma insuficiência para arcar com a totalidade das dívidas neste momento. As dívidas de

longo prazo não vencem já, portanto a empresa poderá gerar recursos até seus vencimentos. Esta é a diferença entre as duas situações, quando há Capital Circulante Líquido a empresa não depende da geração futura de recursos para liquidar suas dívidas, caso contrário cria-se esta dependência. Este índice é encontrado pela fórmula abaixo:

$$LIQUIDEZ\ GERAL = (AC + ARPL) / (PC + PELP)$$

O produto retirado dessa divisão deve ser interpretado como a quantidade de ativos não imobilizados que a empresa possui, para fazer frente a cada R\$ 1,00 de suas obrigações totais, a curto e longo prazo.

1.4.2 Análise estrutural

Os índices deste grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos. De forma inversa aos índices de liquidez, os quocientes de endividamento, assim aqui chamados, retratam a posição relativa do capital próprio da empresa, em contraposição ao capital de terceiros, revestindo-se de maior importância por indicar o seu grau de dependência perante os recursos captados junto a terceiros. Quanto menos for o seu índice de endividamento, maior será o seu grau de liquidez.

1.4.2.1 Participação do Capital de Terceiros

A partir deste indicador, pode-se ver qual a proporção entre Capitais de Terceiros e Patrimônio Líquido (Capital Próprio), relacionando-se essas duas grandes fontes de recursos. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros por parte da

empresa, e quanto maior esse índice for, menor é a liberdade de decisões financeiras da empresa, ou maior é a dependência a esses terceiros.

Porém, pelo ponto de vista de obtenção de lucro pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com capitais de terceiros, se a remuneração paga a esses capitais for menor do que o lucro conseguido com sua aplicação nos negócios.

Este quociente é um dos mais utilizados para medir o comportamento do capital próprio da empresa em relação ao capital de terceiros. É obtido através da equação abaixo:

$$\text{PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS} = \text{CAPITAL DE TERCEIROS} / \text{CAPITAL PRÓPRIO}$$

O produto encontrado por essa divisão deve ser encarado como a quantidade que a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido.

1.4.2.2 Composição das Exigibilidades

Esse índice indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. Após se conhecer o grau de Participação de Capitais de Terceiros, deve-se analisar qual é a composição dessas dividas, verificando se o perfil da dívida que a empresa possui é de curto ou longo prazo. Este índice é obtido através da equação abaixo:

COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES = PASSIVO CIRCULANTE / CAPITAIS DE TERCEIROS

O resultado dessa divisão deve ser interpretado como o percentual de obrigações de curto prazo com relação às obrigações totais da empresa.

1.4.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

Quanto mais ela investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante, logo, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. O ideal é que a empresa disponha de PL suficiente para cobrir o Ativo Permanente e ainda que sobre uma parcela de Capital Circulante Próprio – CCP para financiar as aplicações no circulante, e impedir que a empresa dependa 100% de recursos de terceiros.

Este índice é obtido através da equação abaixo:

IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS = ATIVO PERMANENTE / PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor encontrado através dessa relação desse ser encarado como a quantidade que a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido.

1.4.2.4 Capitalização

Este índice avalia se o crescimento do Ativo é decorrente de recursos próprios da empresa ou se é de capitais de terceiros. Trabalha com média porque inicia o período com um Capital Próprio e termina com outro, e o mesmo ocorre com o Ativo.

Se a empresa estiver em projeto de expansão, mas seus lucros não forem suficientes para custear este crescimento e ela necessitou recorrer a recursos de terceiros isso significa que ela está se descapitalizando. Agora se o lucro da empresa for suficiente para cobrir os investimentos e ainda se ele consegue acompanhar o crescimento do seu ativo, aí a empresa está se capitalizando. Este índice é obtido pela equação abaixo:

$$\text{CAPITALIZAÇÃO} = \text{CAPITAIS PROPRIOS MÉDIO} / \text{ATIVO MÉDIO}$$

O produto dessa relação deve ser encarado como o percentual do capital próprio que foi investido no ativo, em média.

1.4.3 Situação econômica

Os índices econômicos visam demonstrar a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, quando renderam os investimentos, e qual o grau de rentabilidade da empresa.

1.4.3.1 Margem Líquida

Margem Líquida é um índice que indica quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos. Deve ser encarado como quanto maior, melhor para a empresa, e é obtido pela equação abaixo:

$$\text{MARGEM LÍQUIDA} = \text{LUCRO LÍQUIDO} / \text{VENDAS LÍQUIDAS}$$

O resultado desta relação significa quando a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos, e o inverso deste resultado, as despesas e custos incorridos.

1.4.3.2 Rentabilidade do Ativo

Este índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao Capital em circulação. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa e é obtida através da equação abaixo:

$$\text{RENTABILIDADE DO ATIVO} = \text{LUCRO LÍQUIDO} / \text{ATIVO MÉDIO}$$

O resultado encontrado através dessa divisão deve ser interpretado como o percentual que a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total.

1.4.3.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como caderneta de poupança, letras de câmbio, ações etc. Com isso se pode avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções. É obtido através da equação abaixo:

RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO = LUCRO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO

O produto dessa divisão deve ser encarado como o percentual que a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio investido, em média.

1.4.3.4 Produtividade

Produtividade trata-se de um índice que visa demonstrar a relação entre o volume de vendas da empresa em relação ao capital total investido. Também é chamado de Giro e é obtido através da equação abaixo:

PRODUTIVIDADE = VENDAS LÍQUIDAS / ATIVO MÉDIO

O resultado obtido deve ser considerado como o índice que a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total.

TABELA 4 – ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES

Grupo	Denominação	Índices da Empresa Fórmulas	Bradesco		Itaú	
			2005	2006	2005	2006
FINANÇALISÉIER	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,26	1,22	1,32	1,34
	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	1,08	1,09	1,09	1,10
ESTRUTURALE	Participação do Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	971,98%	975,35%	879,66%	789,88%
	Composição das Exigibilidades	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$	65,92%	66,95%	63,58%	63,69%
	Imobilização de Recursos Próprios	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	22,39%	14,14%	18,48%	19,46%
	Capitalização	$\frac{\text{Capitais Próprio Médio}}{\text{Ativo Médio}}$		9,31%		10,80%
ACNOANLÓIMSECA	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	37,32%	31,62%	47,07%	34,39%
	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$		2,13%		2,38%
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$		22,89%		22,03%
	Produtividade	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$		0,07		0,07

Do ponto de vista econômico, para cada R\$ 1,00 investido, O Bradesco e o Itaú venderam R\$ 0,07 em 2006, o que significa igualdade nas vendas em relação ao investimento efetuado.

Enquanto isso, a margem de Lucro Líquido apresentou quedas nas duas empresas, de 37,32% para 31,62% no Bradesco e de 47,07% para 34,39% no Itaú), ou seja, em cada R\$ 100,00 vendido, a empresa passou a ganhar menos no último período. A rentabilidade do Patrimônio Líquido é muito próxima entre as concorrentes, fazendo a remuneração de seus Capitais o índice de 22,89% para o Bradesco e de 22,03% para o Itaú.

Nota-se que não foi utilizado neste trabalho os índices de Liquidez Imediata e Liquidez Seca, já que os mesmos não fazem sentido se o aprofundamento não adentra à conta de Disponibilidades e tão pouco há estoques nas empresas em estudo para a realização de tal cálculo.

Uma percepção clara e evidente é a grande parcela de capital de terceiros presente nas Instituições Financeiras. Ora, se o negócio destas empresas é justamente a intermediação financeira, nada mais óbvio que a parcela de capital próprio seja muito menor que de terceiros, pois a captação e o repasse de dinheiro as fazem condizentes de sua natureza.

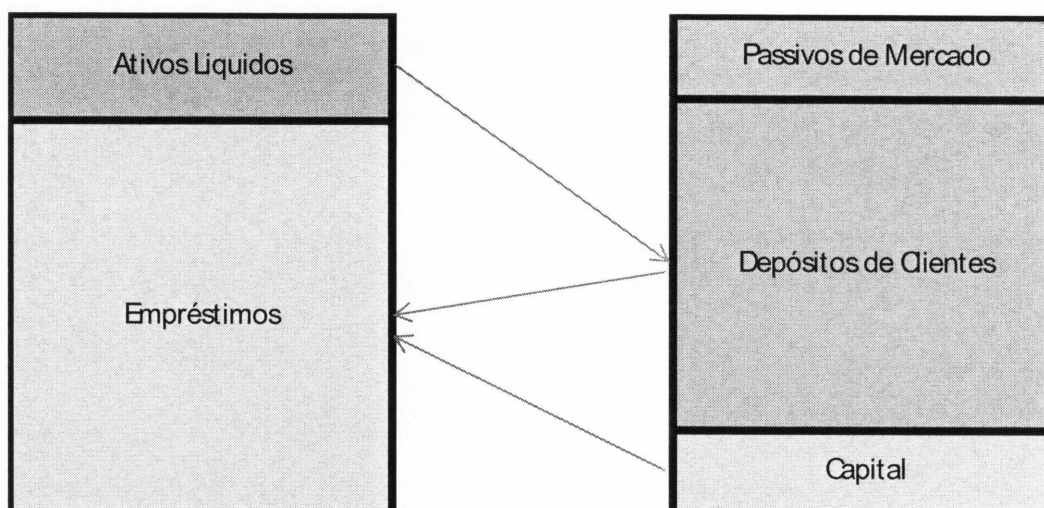
Os índices apresentados para estas empresas diferem, em suma, da indústria, visto que estas Instituições administram Ativos e Passivos, como operação propriamente dita.

O capital é uma das mais caras commodities para estas empresas, daí o intenso controle no sentido de promover o seu uso mais eficiente. O capital próprio ideal para as Instituições Financeiras é o mais próximo de 0 (zero) possível.

Contudo, não por obrigação, mas para alinhamento ao Comitê da Basileia, os bancos necessitam de um capital mínimo para manter suas operações, a fim de dar garantia a seus credores e também solidificar sua imagem junto ao mercado. Porém, no Brasil, o custo de capital é considerado muito elevado, constituindo em média cerca de 20%.

Os principais indicadores para verificação da liquidez dos bancos são conhecidos como Liquidity Ratios e o Advances/Deposits ratios, que demonstram o fluxo de captação e empréstimos decorrentes dos negócios, conforme ilustrado a seguir:

GRÁFICO 6 - RESUMO DOS CONTROLES



A figura acima denota o fluxo dos negócios dos bancos, onde os Ativos Líquidos disponibilizam os itens necessários para a principal e mais barata fonte de captação de recursos, que são os depósitos diretos de clientes, que por consequência financiam os empréstimos cedidos, os quais também são financiados por parcela do capital próprio, gerando assim o efeito conhecido como “spread”, que configura o resultado da intermediação financeira, onde a instituição capta recursos a uma taxa “X” e disponibiliza-os a uma taxa “Y”.

Há que se comentar também, que estes depósitos efetuados pelos clientes observam um depósito compulsório a ser recolhido para o Banco Central, onde este mantém o controle para incentivo ou não do consumo dependendo dos rumos da economia.

Estes depósitos compulsórios objetivam direcionar o destino dos montantes arrecadados, como por exemplo das contas de depósito em poupança, que são destinadas em 65% para o financiamento do Crédito Imobiliário.

1.5 Outros Índices

Recentemente, mesmo não sendo requeridas como parte das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as instituições financeiras tem divulgado as demonstrações do fluxo do caixa, ferramenta importante que auxilia no entendimento das entradas e saídas de dinheiro das empresas. Pelo fluxo de caixa, podemos perceber melhor as movimentações de recebimentos e desembolsos ocorridas no período.

TABELA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA

	Bradesco		Itau	
	2005	2006	2005	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS	-7.819.214	-29.955.027	-13.019.964	-31.850.458
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.085.679	-5.435.720	1.198.923	-4.627.508
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	9.628.674	36.789.678	11.975.151	37.784.771
Aumento/(Diminuição) Líquido em Disponibilidades	723.781	1.398.931	154.110	1.306.805
Saldo inicial de caixa	2.639.260	3.363.041	1.930.452	2.084.562
Saldo Final de Caixa	3.363.041	4.761.972	2.084.562	3.391.367

Destaca-se um aumento, em ambas as empresas, no fluxo do caixa de 2005 para 2006. Esta mudança está refletida, principalmente, no aumento em Títulos e Valores Mobiliários/Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos) e Operações de Crédito/Arrendamento Mercantil Financeiro, em atividades operacionais, enquanto nas atividades de financiamento, pelo aumento nos Depósitos, nas Captações no Mercado Aberto e no aumento de Capital por Incorporação de Ações.

1.6 Análise do Capital Circulante Líquido e Próprio

O capital circulante líquido, ou capital de giro líquido, corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante: $CCL = AC - PC$.

O CCL não se confunde com o capital circulante (ou capital de giro), que é representado pelo ativo circulante. Quando o capital circulante líquido é positivo, também recebe o nome de capital circulante próprio. É a análise das variações ocorridas no capital circulante líquido que serve como base para a elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos.

Considerada a fórmula $CCL = AC - PC$, o capital circulante líquido pode ser aumentado de duas formas:

- a) pelo aumento do ativo circulante;
- b) pela redução do passivo circulante.

Por analogia, o capital circulante líquido pode ser diminuído de duas formas:

- a) - pela redução do ativo circulante;
- b) - pelo aumento do passivo circulante.

Diante do exposto, as origens do capital circulante líquido são os aumentos do ativo circulante e as reduções do passivo circulante em transações que envolvem, simultaneamente, os grupos não circulantes. Normalmente, o lucro líquido do exercício é a principal origem do capital circulante líquido. Ele é resultante do confronto entre as receitas e despesas, registradas de acordo com o Princípio da Competência.

O Capital Circulante Líquido tem uma relação com a Liquidez Corrente da empresa, sendo a liquidez superior a 1,00, entende-se que a empresa possui CCL.

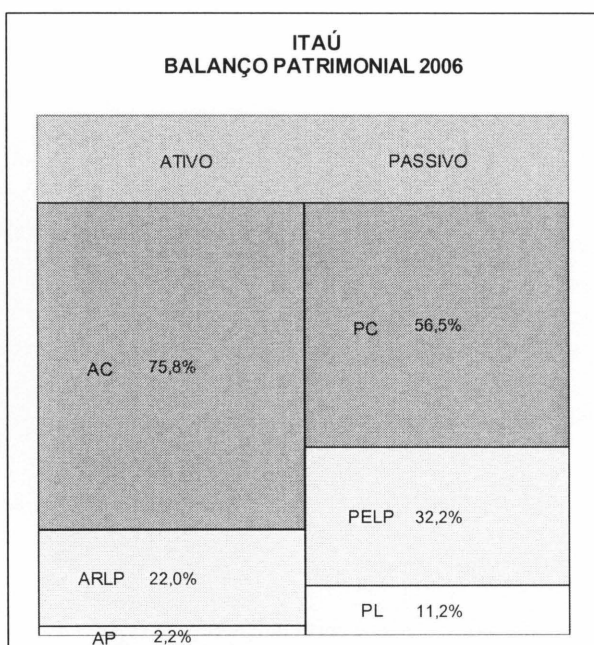
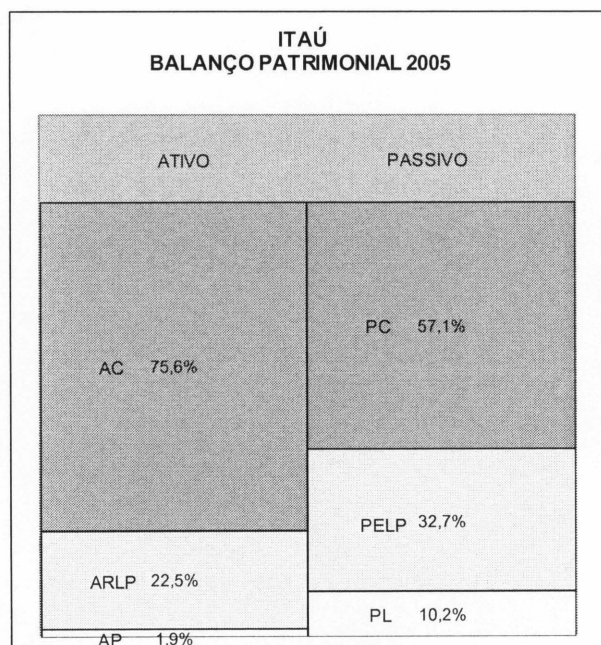
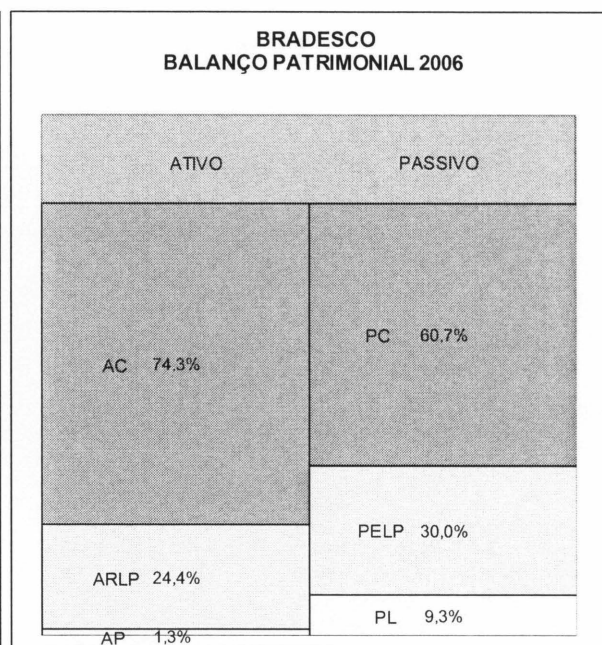
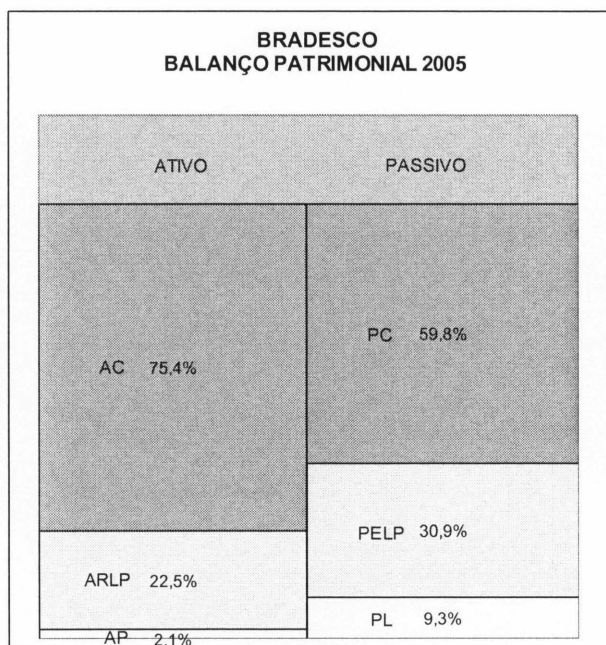
Caso a Liquidez seja igual a 1, a empresa possui CCL nulo, e sendo inferior a 1, a empresa possui CCL negativo.

1.7 Análise do Capital Circulante Próprio

O Capital Circulante Próprio, também chamado de Capital de Giro Próprio, é obtido através da diferença entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Permanente. O conceito desse capital é a parcela do Patrimônio Líquido investida no Ativo Circulante. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, como consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

O Capital Circulante Próprio tem relação com o Grau de Imobilização de Recurso Próprios e Liquidez Geral. Caso a imobilização seja inferior a 100%, entende-se que a empresa possui CGP e superior a 100%, a mesma não possui CGP, e quando a empresa apresentar ILG superior a 1,00, entende-se que a empresa possui CGP. Caso a Liquidez seja igual a 1, a empresa possui CGP nulo, e sendo inferior a 1,00, a empresa não possui CGP.

GRÁFICO 7 – ANÁLISE DO CCL(CGL) E CCP (CGP)



Analisando as estruturas patrimoniais de forma gráfica, percebe-se nitidamente a presença de Capital Circulante Líquido e Próprio em ambas as Empresas e em ambos os períodos. Outro ponto que fica claro é a semelhança entre as estruturas,

onde observa-se que a distribuição dos principais elementos do Balanço Patrimonial se coincidem.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências colhidas neste estudo denotam que o mercado financeiro tende a um rumo definido, pois as duas instituições apresentam características muito semelhantes.

A estrutura, a forma de negociar e as estratégias fazem deste nicho um dos negócios mais crescentes nos últimos anos, visto que seus resultados tendem a ser cada vez maiores, não só no Brasil, mas em todo o mundo, juntamente com vistas à globalização.

A concorrência deste mercado se dá expressamente pela lucratividade obtida. Recordes de resultados impulsionam as empresas já existentes a maximizarem seus resultados trabalhando em ganhar eficiência de arrecadação na sua linha de frente, na venda de seus serviços nas agências, mas também reduzindo seus custos e garantindo melhor desempenho nas despesas.

Das Instituições analisadas nesta obra, destacam-se os resultados obtidos pelo Bradesco e também pelo Itaú. Vale ressaltar que os índices estudados dão ao Itaú, uma ligeira melhor administração dos seus recursos, em itens como crescimento de ativos, crescimento de depósitos de clientes e resultado, embora ainda permaneça atrás de seu concorrente na maioria dos itens analisados.

Isso demonstra o apetite deste nicho do mercado, em ganhar eficiência e produzir resultados cada vez maiores. As empresas acirram a concorrência e fazem dela uma alavancagem para atingir suas ambições. Investidores vêem no Brasil, um ambiente favorável para o crescimento, visto todas as características de seu

desenvolvimento financeiro com a oferta de boa rentabilidade com risco cada vez mais baixo.

Uma vez atingida uma meta, traça-se outra ainda mais desafiadora para o próximo período, fazendo previsões de margem com o melhor custo/benefício possível.

Em suma à essas afirmações, faz-se necessário um rigoroso controle por seus órgãos fiscalizadores para garantir uma correta gestão destes empreendimentos com vistas não somente ao desenvolvimento econômico e financeiro, mas também ao crescimento social e humanitário do país.

CAPÍTULO V - REFERÊNCIAS

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 3° Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1995, 463 p.

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA-USP, **Manual de Contabilidade por Ações**, 3ª edição, Editora Atlas, São Paulo, 1993.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM – Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>

Banco Central do Brasil – BACEN – Disponível em: <http://www.bacen.org.br>

Federação dos Bancos Brasileiros – FEBRABAN – Disponível em:
<http://febraban.org.br>